

Nilma Lino Gomes

Ministra da Igualdade Racial e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (2015 a 2016)

Gostaria de ponderar que se antes do Golpe de 2016 e da ascensão da extrema-direita ao Executivo federal, no Brasil, um grupo de pesquisadoras, pesquisadores e de militantes já apontava a importância da articulação entre direitos humanos e diversidade, hoje, no século XXI, com as suas profundas transformações, esse apontamento é visto como uma urgência.

O contexto de necropolítica que estamos vivendo nos mostra que os retrocessos de ordem econômica, a destruição das políticas sociais, de saúde, a crise sanitária e política, a privatização desenfreada, a vergonhosa postura do Brasil no campo das relações internacionais, e a nuvem neofacista, autoritária, negacionista, racista, machista, LGBTQIA+fóbica, que encobre o avanço dos direitos, da democracia e do Estado Democrático de Direito atingem a todas, todos e *todes*. Mas os ataques têm alvos ainda mais precisos. São os coletivos sociais, diversos, transformados em desiguais, no contexto das históricas relações de poder. São esses coletivos, na minha perspectiva, aqueles que mais sofrem com a destruição dos direitos humanos em curso em nosso país. E esses coletivos são, na sua maioria, pobres, e sobre eles incidem uma série de desigualdades e discriminações.

O ataque a esses coletivos sociais diversos e aos avanços sociais que alcançamos no campo das políticas públicas, em nosso país, também são direcionados para toda mudança progressista, democrática, que construímos desde a luta contra a Ditadura Militar, na organização da Constituinte de 1986 e na Constituição de 1988, no século XX. Em especial, às mudanças advindas das decisões emancipatórias, a partir dos mandatos dos presidentes Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores. O alvo dos ataques não são, na minha perspectiva, as políticas sociais em abstrato, mas sim os sujeitos dessas políticas e as mudanças que o direito à igualdade racial, de gênero, aos direitos da população LGBTQIA+, dos indígenas, dos quilombolas, das mulheres, das pessoas com deficiência, dos idosos, das crianças pequenas, o direito à memória e verdade, a luta antimanicomial, trouxeram para essa grande parcela da população. Esses avanços democráticos

provocam medo aos setores reacionários, os quais são herdeiros da invasão colonial, dos processos de violência escravagista, do capitalismo voraz, de ontem e de hoje.

A democracia brasileira está em risco. E quando a democracia está em risco, todos os avanços democráticos estão em risco e, em especial, os direitos humanos. Estão em risco as políticas dos direitos humanos, os defensores e as defensoras dos direitos humanos, e os sujeitos e as sujeitas dos direitos humanos. O desafio que temos hoje é de, não somente reconstruir os direitos humanos e as suas políticas, mas reconstruir e transformar o país.

A retomada do Estado Democrático de Direito, em uma proposta popular de Estado que recupere os avanços educacionais, econômicos, sociais, culturais, políticos que construímos, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores, implica saber lidar cara a cara com uma série de fenômenos perversos construídos na nossa história, nas tensas relações de poder e que roubam, cotidianamente, o direito de vivermos os direitos humanos. Fenômenos esses que os governos democráticos tentaram superar, e que o atual governo reacionário e de extrema direita e seus asseclas, que assumiram o poder nas eleições de 2018, querem nos impor novamente.

Que fenômenos são esses? Cito alguns deles. A persistência estrutural, política e social do colonialismo, em nosso país. O racismo, o patriarcado, a LGBTQIA+fobia, a violência religiosa, o genocídio da juventude negra, as tentativas de extermínio dos povos indígenas, o assassinato dos povos do campo e dos quilombolas, a criminalização dos movimentos sociais, o feminicídio e o feminicídio negro, as práticas de tortura, o trabalho escravo e as mais diversas formas de violência. Esses fenômenos acabam corroendo a nossa democracia que tanto lutamos tanto para mudar. Eles precisam ser, em uma perspectiva de reconstrução dos direitos humanos, alvos centrais contra os quais devemos lutar, arduamente, para combater e superar.

Temos hoje um presidente que infringe os direitos humanos a cada palavra, a cada ato que realiza; um Ministério de Direitos Humanos *fake*, que nada acompanha da luta por direitos humanos no Brasil, nem no mundo. Não temos mais o Ministério do Desenvolvimento Agrário, não temos mais Ministério do Desenvolvimento Social, temos um Ministério da Educação que passa longe da educação para os direitos humanos e que reconheça diversidade. Sequer temos Ministério da Igualdade Racial e da Mulher. Não mais existe política pública para a juventude, e nem existe orçamento para essas políticas. É contra esse quadro e esse *show* de horrores que

uma proposta de reconstrução democrática do país e dos direitos humanos se coloca. É isso que o manifesto expressa. E é também para superar esse quadro que precisamos propor ações efetivas de construção de uma concepção emancipatória dos direitos humanos que reconheça diversidade.

Nunca a articulação entre direitos humanos e diversidade passou por um momento no qual fosse tão indagada, e em situação de abandono. E são os movimentos sociais, sindicatos, frentes populares, ações coletivas, intelectuais progressistas e os grupos emancipatórios que agem nesse momento como sujeitos coletivos e políticos na luta pela retomada do Estado democrático. Esses segmentos destacam a importância dos direitos humanos, em uma perspectiva emancipatória, e vários deles também defendem o direito à diversidade.

Na realidade, muitos dos avanços no campo dos direitos humanos que vivemos em nosso país se deve à força dos movimentos sociais, das ações coletivas, de sujeitos que lutaram, lutam e que perderam as suas vidas em prol de um outro Brasil. Esses sujeitos coletivos pautaram o Estado brasileiro a se posicionar nacional e internacionalmente na defesa da vida com direitos e dos direitos humanos. Sensibilizaram partidos políticos, lideranças, pressionaram os governos, a diplomacia brasileira, a universidade, a intelectualidade crítica e progressista, as políticas e os políticos.

Uma das mais sérias problematizações que os movimentos sociais, especialmente movimento negro, indígena, quilombola, de mulheres, de pessoas com deficiência, LGBTQIA+, do campo, da juventude, trouxeram para a sociedade, à educação e aos direitos humanos é a indagação sobre a própria concepção de humano. Sempre insisto nesse ponto porque o aprendi com os movimentos sociais. Eles são educadores.

Esses movimentos têm a capacidade de construir narrativas e ações políticas educativas e afirmativas sobre si mesmos, suas histórias e lutas pela inserção dos sujeitos diversos tratados historicamente de forma desigual nos mais diferentes espaços da sociedade. São eles que fortalecem uma concepção emancipatória de direitos humanos e de diversidade, e desconstruem os discursos reacionários que, atualmente, estão reforçados e emponderados pelo executivo federal de extrema-direita e pelas forças reacionárias que o seguem e o apoiam. Esses movimentos sociais desvelam que, apesar de todos os esforços emancipatórios, ainda corremos o risco de anunciarmos os direitos humanos em uma perspectiva ocidental, que tende a homogeneizar a concepção de dignidade

humana, que é tão diversa em outros contextos culturais e sociais, e acabarmos julgando e desconsiderando muitas interpretações e definições locais importantes sobre os direitos humanos.

Compreender os direitos humanos numa concepção emancipatória, articulada com a questão da diversidade e da justiça social, é entender, na minha perspectiva, que estamos diante de algo mais profundo e complexo, na luta pela retomada democrática e de reconstrução do país e dos direitos humanos. Esse momento nos traz potentes indagações: como pensar direitos humanos para aqueles e aquelas que, no imaginário colonial, capitalista, machista, racista, LGBTQIA+fóbico e negacionista, não são sequer considerados humanos? E que, no atual momento de ataques à democracia, além de serem considerados inumanos, também são considerados e consideradas alvos para matar? Está dada, na sociedade, uma licença para matar os sujeitos considerados indesejáveis, desprezíveis, descartáveis pelas forças reacionárias, negacionistas de extrema-direita.

Quem acompanhou o desenrolar da CPI da Covid-19, em 2021, tem muita compreensão dessa situação. Direitos humanos precisam caminhar junto com a diversidade, a democracia e a justiça social. Isso significa que, do ponto de vista da reorganização de um novo governo democrático popular, esse deve ser o alvo pelo qual também lutaremos nas eleições de 2022. As políticas de direitos humanos que implementaremos em uma possível retomada democrática deverão ser inseridas como eixos centrais de um projeto emancipatório para todas, todos e *todes*.

Não dá mais para pensar direitos humanos, igualdade racial, igualdade de gênero, juventude, como políticas transversais. A história dos governos do PT, a situação social e política dramática que vivemos depois do Golpe de 2016 e ainda enfrentamos com a ascensão da extrema-direita ao poder reforçam essa afirmação. Se nossas políticas transversais tivessem sido estruturais, talvez não teríamos tido tanta dificuldade em defendê-las e, talvez, elas não teriam sido tão facilmente demolidas pelas forças oposicionistas, como assistimos hoje. Se nesse momento de ataques à democracia as chamadas políticas estruturais já têm sofrido uma série de retrocessos, isso se torna ainda mais grave em relação àquelas consideradas como transversais. Se para as políticas estruturais houve drástica redução de recursos, para as que eram transversais, como direitos humanos, sequer orçamento nós temos. Algumas políticas transversais, inclusive, foram retiradas do Plano Plurianual (PPA).

A questão da diversidade, numa perspectiva emancipatória, nos leva a questionar dimensões mais profundas da produção da não existência que se impõem aos coletivos diversos transformados

em desiguais, e nos ajuda a repensar os direitos humanos no século XXI. Para superar essa produção da não existência, seria importante aprendermos e considerarmos outras práticas, outras formas de pensar a própria justiça, o próprio direito e os direitos humanos. É necessário indagar a definição de humano dos direitos humanos que usualmente adotamos. Gostaria muito de ver o nosso país aprofundar e construir uma política de direitos humanos renovada e emancipatória que reconheça a diversidade, depois de derrotarmos a extrema-direita.

Essa era a política de direitos humanos que me sentia desafiada a construir, junto com meus colegas Ronaldo Barros, Rogério Sottili, Eleonora Menicucci, no extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o qual surgiu no auge das tensões políticas pré-Golpe, e que não conseguimos efetivar em decorrência da concretização do Golpe de 2016.

Os direitos humanos emancipatórios só poderão se desenvolver em terrenos democráticos. Não é possível realizá-los em governos golpistas, neoliberais e fascistas. Os direitos humanos, em uma concepção emancipatória, compreendem que o Estado Democrático, pautado pelos direitos humanos do século XXI, é aquele que não contrapõe igualdade/diversidade. Antes, entende que o contrário de igualdade é a desigualdade, não a diversidade. A diversidade problematiza, indaga, questiona, enriquece a democracia, a igualdade, a equidade, a justiça social e os próprios direitos humanos. Enquanto a desigualdade deve ser combatida, superada.

Retomar o que nós já conquistamos com as Conferências Nacionais de Direitos Humanos, com os Planos Nacionais de Direitos Humanos, em articulação com o que acordamos nas conferências de políticas para as mulheres, de igualdade racial, de juventude, de educação, saúde, de assistência social, enfim, várias delas, implica aprofundar não só as nossas ações, mas o reconstruir, repensar, reorganizar as propostas de direitos humanos que o Brasil do século XXI demanda. E fazer isso junto **com** os sujeitos dos direitos humanos, e não **para** os sujeitos dos direitos humanos. Fazer **com** os sujeitos dos direitos humanos é reinventar a participação social e a própria democracia.

A destruição dos direitos humanos que está em curso, desde o Golpe de 2016, e que vivenciei como ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, no período de 2015 a 2016, no governo da presidenta Dilma Rousseff, exige de nós colocar em prática uma maior articulação entre as pautas políticas progressistas junto com os movimentos sociais emancipatórios, bem

como a construção de focos mais precisos para a democracia do século XXI. Exigirá resistência democrática e uma articulação potente entre direitos humanos, democracia, diversidade e justiça social.

Finalizo, entendendo que a articulação entre direitos humanos, diversidade, democracia e justiça social na luta contra a necropolítica atual exige que sigamos as sábias palavras de Paulo Freire, indignado com a “desgentificação da sociedade” (Freire, 2000, p.73), ousado o suficiente para nos conclamar a “azucrinar a cabeça dos poderosos” (ibidem, p.76), desafiando-nos a agir no presente, entendendo “o futuro como problema e não como inexorabilidade” (ibidem, p.79).

Paulo Freire (2000, p.79) afirma:

Meu direito à raiva pressupõe que, na existência histórica da qual participo, o amanhã não é algo pré-dado, mas um desafio, um problema. A minha raiva, a minha justa ira se funda na minha revolta em face da negação do direito de ser mais, inscrito na natureza dos seres humanos. Eu não posso, por isso, cruzar os braços fatalisticamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, a minha responsabilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação, tomado como fardo ou sina é um discurso negador da humanização, de cuja responsabilidade não podemos nos eximir⁰⁷.

Inspirada em Paulo Freire, cujo centenário de nascimento foi comemorado no ano de 2021, conclamo: continuemos na luta. Como o próprio autor nos alerta: “O mundo não é, o mundo está sendo”. Sejam, então, aquelas e aqueles que continuarão a lutar para mudar, e fazer mais justo o mundo e a sociedade em que vivemos. Façamos isso, com indignação, com a justa ira, e com resistência.

07 FREIRE, P. *Pedagogia da indignação* – cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.